

Diário do Legislativo de 10/08/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PTB/PPS E PSB)

Líder: Dilzon Melo (PTB)

Vice-Líderes: Maria Olívia (PSDB), Lúcia Pacífico (PTB), Carlos Pimenta (PDT)

LIDERANÇA DO BLOCO PT/PCdoB:

Líder: Deputado André Quintão

Vice-Líderes: Deputados Ricardo Duarte (PT) e Jô Moraes (PCdoB)

LIDERANÇA DO PFL

Líder: Deputado Gustavo Valadares

Vice-Líder: Deputado Paulo César

LIDERANÇA DO PL

Líder: Deputado Leonardo Moreira

Vice-Líder: Deputado Roberto Ramos

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO PP:

Líder: Deputado Gil Pereira

Vice-Líder: Deputado Dimas Fabiano

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Dinis Pinheiro (PL), Paulo Piau (PP) e José Henrique (PMDB)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Miguel Martini (sem partido)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Weliton Prado (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Fahim Sawan

Deputado PFL Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado BPSB
Sargento Rodrigues

Deputado PT/PCdo B
Ricardo Duarte

Deputado PL
Antônio Genaro

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Paulo PFL
César

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputada Jô Moraes PT/PCdoB

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras -9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Leonardo Quintão

Deputado Edson Rezende PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputada Ana Maria Resende BPSB

Deputado Sebastião Helvécio BPSB

Deputado Jésus Lima PT/PCdo B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Henrique José PMDB

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdoB

Deputado Djalma Diniz BPSB

Deputado Sebastião Costa BPSB

Deputada Cecília Ferramenta PT/PCdoB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BPSB Presidente

Deputado Gilberto Abramo PMDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Costa BPSB

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdo B

Deputado George Hilton PFL

Deputado Gustavo Corrêa PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Melo Dilzon BPSB

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Marlos BPSP
Fernandes

Deputado Leonídio BPSP
Bouças

Deputada Maria PT/PCdoB
Tereza Lara

Deputado Roberto PL
Ramos

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias –

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Vanessa BPSP
Lucas

Deputado Domingos BPSP
Sávio

Deputado Biel Rocha PT/PCd
oB

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Gil Pereira PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputada Lúcia (sem partido)
Pacífico

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Chico PMDB Presidente
Rafael

Deputada Lúcia (sem Vice-Presidente
Pacífico partido)

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Jésus PT/PCdoB
Lima

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputado Leonídio BPSB
Bouças

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado Padre João PT/PCdoB

Deputado Célio PL
Moreira

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdo Presidente
Durval Ângelo B

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Irani BPSB
Barbosa

Deputado Zé BPSB
Maia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Elisa Costa PT/PCdoB

Deputado Antônio PL
Genaro

Deputado Dilzon BPSB
Melo

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Gustavo PFL
Valadares

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras- 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria Resende

Deputado BPSP
Leonídio Bouças

Deputado Biel PT/PCdo
Rocha B

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Miguel (sem partido)
Martini

Deputado Weliton PT/PCdoB
Prado

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Domingos Sávio

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSP
Sebastião
Helvécio

Deputado BPSP
Ermano Batista

Deputada Elisa PT/PCdo
Costa B

Deputado José PMDB
Henrique

Deputado Márcio BPSP
Kangussu

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Luiz Humberto BPSP
Carneiro

Deputado Irani Barbosa BPSP

Deputado André Quintão PT/PCdoB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo Piau PP

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras- 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PT/PCdoB Presidente
Laudelino Augusto

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado João (sem
Leite partido)

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

Deputado Paulo PP
Piau

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PT/PCdoB
Gomes

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Jr.

Deputada Lúcia (sem partido)
Pacífico

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Dimas PP
Fabiano

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria PT/PCdoB Presidente
Tereza Lara

Deputado José BPSB Vice-Presidente
Milton

Deputado Miguel (sem
Martini partido)

Deputado André PT/PCdoB
Quintão

Deputado Sávio PMDB
Souza Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino PT/PCdoB
Augusto

Deputado Fahim BPSB
Sawan

Deputado João Leite (sem partido)

Deputado Jésus Lima PT/PCdoB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado Marlos BPSB Vice-Presidente
Fernandes

Deputado Luiz BPSB
Humberto Carneiro

Deputado Padre PT/PCdoB
João B

Deputado Doutor PFL
Viana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau PP

Deputado Olinto Godinho BPSP

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputada Maria Tereza PT/PCdoB
Lara

Deputado Gustavo PFL
Corrêa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BPSP Presidente
Kangussu

Deputado Djalma BPSP Vice-Presidente
Diniz

Deputado Ricardo Duarte PT/PCdoB
B

Deputado Pinduca Ferreira PP

Deputada Vanessa Lucas BPSP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Olívia Maria BPSP

Deputado Ronaldo Doutor BPSP

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputado Domingos BPSP
Sávio

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT/PCdoB Presidente
B

Deputado Carlos Pimenta BPSP Vice-Presidente

Deputado Fahim BPSP
Sawan

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado Roberto Ramos PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Edson PT/PCdoB
Rezende

Deputado Sebastião BPSP
Helvécio

Deputado Arlen BPSP
Santiago

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

Deputado Jayro Lessa PL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé BPSP Presidente
Maia

Deputado Leonardo Moreira PL Vice-Presidente

Deputado Sargento Rodrigues BPSP

Deputado Weliton Prado PT/PCdoB

Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria BPSP
Resende

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Adelmo PT/PCdoB
Carneiro Leão

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar da Silveira Jr. BPSP da Presidente

Deputada Costa Elisa PT/PCdo B Vice-Presidente

Deputado Barbosa Irani BPSP

Deputada Moraes Jô PT/PCdo B

Deputado Gustavo Valadares PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Milton BPSP

Deputado Quintão André PT/PCdoB

Deputada Resende Ana Maria BPSP

Deputado Gomes Carlos PT/PCdoB

Deputado Paulo César PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Passos Márcio PL Presidente

Deputado Nogueira Ivair PMDB Vice-Presidente

Deputado Godinho Olinto BPSP

Deputado Roberto Carvalho PT/PCdo B

Deputado Fabiano Dimas PP

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinheiro Dinis PL

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Márcio BPSB
Kangussu

Deputado Ricardo PT/PCdoB
Duarte

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Carlos PT/PCdo Vice-Presidente
Gomes B

Deputada Cecília PT/PCdo
Ferramenta B

Deputada Maria BPSB
Olívia

Deputado Paulo PFL
César

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dinis PL
Pinheiro

Deputado Biel Rocha PT/PCdoB

Deputado Durval PT/PCdoB
Ângelo

Deputada Vanessa BPSB
Lucas

Deputado Doutor PFL
Viana

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR: Deputado Biel Rocha

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 54ª Reunião Ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 15ª legislatura, EM 10/8/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 4.638/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre o montante da dívida do Estado para com o Ipsemg, discriminando as parcelas aos créditos previdenciários e as relacionadas à saúde. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.832/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Econômico informações sobre os compromissos assumidos e cumpridos pelo Estado, decorrentes do contrato firmado em 13/12/96 com a empresa Mercedes-Benz do Brasil S.A. e com o Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento,

Votação do Requerimento nº 4.833/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Econômico informações sobre os compromissos assumidos e cumpridos pela Empresa Mercedes-Benz do Brasil S.A, decorrentes do contrato firmado em 13/12/96 com o Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.834/2005, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita ao Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais informações sobre os compromissos assumidos e cumpridos pelo Estado, decorrentes do contrato firmado em 13/12/96 com a empresa Mercedes-Benz do Brasil S.A. e com o Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.926/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre o número de usuários atendidos em ações e serviços de saúde prestados por essa autarquia. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.927/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informação a respeito do número de servidores relacionados por natureza jurídica do vínculo com o referido Instituto, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.928/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informação a respeito do número de estabelecimentos de serviço de saúde credenciados ou conveniados com a referida autarquia, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.929/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre os Municípios que têm dívidas com o referido Instituto. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.930/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre os servidores credenciados com remuneração pró-labore. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.931/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre o número de atendimentos em saúde realizados anualmente pela referida autarquia nos exercícios de 1998 a 2004, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.932/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre o número de servidores sob contrato administrativo existentes na referida autarquia nos anos de 2001 a 2005, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.942/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre o

número de convênios existentes entre o Instituto e a respectiva cobertura do convênio, bem como sobre direitos e obrigações envolvidos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.943/2005, da Comissão Especial do Ipsemg, em que solicita ao Presidente do Ipsemg informações sobre as pensões pagas por esse Instituto, cujos valores excedam R\$4.000,00. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.861/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Sucesso imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.867/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.187/2005, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.060/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 63/2005, do Deputado Paulo Cesar.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.993/2004, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.946/2004, do Deputado Márcio Kangussu; 1.956/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 2.103/2005, do Deputado Gil Pereira; 2.172/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 2.202/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.221/2005, do Deputado Zé Maia; 2.240/2005, do Deputado Gilberto Abramo; 2.383/2005, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.069 e 5.070/2005, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.086/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.249/2005, do Deputado Doutor Viana; 2.369/2005, da Deputada Lúcia Pacífico.

Finalidade: debater as conseqüências do Sistema de Substituição Tributária sobre a economia do Estado, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.933/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.071/2005, do Deputado Gil Pereira e 5.074/2005, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar os pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 10/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.053/2005, do Deputado Paulo Cesar; 5.056/2005 e 5.057/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.063/2005, do Deputado Doutor Viana; 5.073/2005, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Célio Moreira, Ivair Nogueira e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2005, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2005.

Ermano Batista, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 769/2003

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 769/2003, de autoria do Deputado Irani Barbosa, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Fenilcetonúricos do Estado de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 2.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 769/2003

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Fenilcetonúricos do Estado de Minas Gerais – Apafe-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Fenilcetonúricos do Estado de Minas Gerais – Apafe-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.055/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.055/2005, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que declara de utilidade pública o Clube da Maior Idade de Ouro Fino – CMIOF –, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.055/2005

Declara de utilidade pública o Clube da Maior Idade de Ouro Fino – CMIOF –, com sede no Município de Ouro Fino.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Clube da Maior Idade de Ouro Fino – CMIOF –, com sede no Município de Ouro Fino.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.189/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.189/2005, de autoria do Deputado Antônio Genaro, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.072, de 11 de dezembro

de 1985, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Quadrangular, com sede em Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.189/2005

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.072, de 11 de dezembro de 1985, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Quadrangular, com sede em Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 9.072, de 11 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente para o Desenvolvimento Educacional, Qualificação e Reintegração Social – Adequar – com sede no Município de Betim.".

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.198/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.198/2005, de autoria do Deputado Zé Maia, que declara de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores do Município de Frutal, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.198/2005

Declara de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores do Município de Frutal, com sede no Município de Frutal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Federação das Associações de Moradores do Município de Frutal, com sede no Município de Frutal.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Djalma Diniz.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.208/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.208/2005, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema, com sede no Município de Piracema, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.208/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema, com sede no Município de Piracema.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema, com sede no Município de Piracema.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.245/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.245/2005, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação de Mulheres Sanjoanenses de São João do Manhuaçu, com sede no Município de São João do Manhuaçu, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.245/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Mulheres Sanjoanenses de São João do Manhuaçu – Amus –, com sede no Município de São João do Manhuaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres Sanjoanenses de São João do Manhuaçu – Amus –, com sede no Município de São João do Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2005.

Djalma Diniz, Presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Dinis Pinheiro.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.251/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.251/2005, de autoria do Deputado Márcio Passos, que declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico da Região dos Inconfidentes, com sede no Município de Mariana, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.251/2005

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico da Região dos Inconfidentes – Idarf –, com sede no Município de Mariana.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Socio- Econômico da Região dos Inconfidentes – Idarf –, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.262/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.262/2005, de autoria do Deputado Antônio Júlio, que declara de utilidade pública a Creche Vida Nova, com sede nesta Capital, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.262/2005

Declara de utilidade pública a Creche Vida Nova, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Creche Vida Nova, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.271/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.271/2005, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos dos Moradores do Vale – AAMV –, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.271/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos dos Moradores do Vale – AAMV –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos dos Moradores do Vale – AAMV –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.272/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.272/2005, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho, que declara de utilidade pública a Casa de Repouso Bem Viver Divina Vieira, com sede no Município de Iguatama, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.272/2005

Declara de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Bem Viver Divina Vieira, com sede no Município de Iguatama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa de Repouso Bem Viver Divina Vieira, com sede no Município de Iguatama.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.274/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.274/2005, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Domingos – Ambasd –, com sede no Município de Coronel Fabriciano, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.274/2005

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Domingos – Ambasd –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Domingos – Ambasd –, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.293/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.293/2005, de autoria do Deputado Chico Rafael, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério, com sede no Município de Cachoeira de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.293/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.303/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.303/2005, de autoria da Deputada Vanessa Lucas, que declara de utilidade pública a Associação Fraternal dos Amigos Solidários – Fassbem –, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.303/2005

Declara de utilidade pública a Associação Fraternal dos Amigos Solidários – Fassbem –, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Fraternal dos Amigos Solidários – Fassbem –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.307/2005

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.307/2005, de autoria do Deputado Paulo Piau, que declara de utilidade pública a Associação Amigos da Casa Lar, com sede no Município de Monte Alegre de Minas, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.307/2005

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Casa Lar, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Casa Lar, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente - Djalma Diniz, relator - Vanessa Lucas.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

52ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

Discursos Proferidos em 3/8/2005

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna com a disposição de cumprir um dever: prestar contas e dar satisfação a esta Casa e ao povo que ela representa. Eu o faço, lamentavelmente, sob um clima de nervosismo e revolta. Fui agredido. Não sou do tipo que contemporiza, acomoda e aceita. É com este sentimento que me apresento. Roguei a Deus que me desse condição de fazer uma exposição sem exaltação de ânimo, mas me mantivesse sereno e respeitoso, marca indelével do meu comportamento.

Sr. Presidente, nesse mês de julho, mais precisamente a partir do dia 15, fiz um retiro para descanso, nem tanto físico, mas mental. Isolei-me da rotina. Não lia jornais porque não havia onde eu estava, não ouvia rádio nem via televisão.

Ao retornar nesse fim de semana, as primeiras palavras que ouvi de Therezinha, minha esposa, depois dos cumprimentos afetivos, foi a pungente notícia que a TV Globo publicou: uma lista de pessoas beneficiárias de recursos vindos da empresa SMP&B no ano de 1998, em que constava meu nome. Confesso que minha reação inicial foi de desprezo pela informação. Não havia motivo para me preocupar. Com certeza, era um equívoco e, portanto, seria corrigido.

Não conheço essa firma nem ninguém que se relacione com ela. Não lhe vendi leite nem carne bovina - produtos de minha atividade no campo - nem mesmo serviços jurídicos como advogado. Porém, depois, de cabeça fria, o valor, R\$25.000,00, e a ocasião, outubro de 1998, chamaram-me a atenção. Liguei os fatos e descobri o engate da questão.

Estávamos no ano de 1998, ano eleitoral. As eleições não acabaram no primeiro embate. Era necessário um segundo para escolha do Governador. O candidato do meu partido estava no páreo. Reeleito que fui com uma votação expressiva - mais de 60 mil votos -, não me conformava com o resultado, a meu ver pífio, do meu partido na eleição majoritária, embora - era o meu entendimento e ainda é - tivesse oferecido a melhor opção. Propaganda mal feita, foi como sentenciei.

Reuni meu gabinete - justiça seja feita, gente que põe o coração na obra e se extasia com o resultado - para ver o que mais poderíamos fazer além do que fizemos, no primeiro turno, pela eleição do nosso candidato, o então Governador Eduardo Azeredo. Ainda que nossa participação, naquele momento infortunado para Minas, simbolizasse o beija-flor apagando o incêndio na floresta, tínhamos que bater as asas com as gotas que pudéssemos derramar no terreno infértil, infelizmente naquele estágio, para a semente do meu partido, o PSDB.

A secretária que cuida do telefone me traz uma informação: "Deputado, há um recado do comitê do PSDB pedindo ao senhor que vá até lá". Disse o horário e acrescentou: "Já passei o endereço para o motorista".

Não me fiz de rogado. Afinal, como já manifestara aos meus assessores, era do meu interesse que os entendimentos ampliassem e a campanha tomasse um novo rumo, de forma a reverter o frustrante resultado do primeiro turno.

Foi uma reunião proveitosa. O fraco desempenho da coligação - 2º lugar no primeiro turno - gerou, inicialmente, um clima de constrangimento. Esperávamos mais, se não o 1º, pelo menos uma votação mais expressiva. Do funcionário menos expressivo do comitê ao coordenador Cláudio Mourão, todos se mostravam frustrados, se sentiam culpados.

Agora, era consenso, precisava-se dar nova feição à campanha. Afinal de contas, tínhamos o melhor candidato, o Governador Eduardo Azeredo, expressão de respeito, de seriedade e ainda um grande administrador. A falha, com certeza, não estava na opção que a coligação apresentou, mas no modelo de campanha que adotou.

A presença das lideranças políticas era imprescindível. Estava provado que a mídia sozinha não dava conta. O Deputado precisava integrar-se à campanha. Foi aí que fui convocado, assim como outros colegas. Eu não tinha mais que me preocupar com a minha campanha. Já estava eleito. Meus comitês tinham sido fechados. Podia então dedicar meu tempo integral à campanha do meu candidato a Governador.

A propaganda deveria chegar à casa do eleitor em qualquer rincão de Minas, se não pelas mãos dos próprios líderes, pelo menos com sua recomendação. Esse trabalho ficou a cargo do Deputado nos Municípios de sua influência. O Deputado, nesse cenário, era cabo eleitoral, fazia o trabalho e as despesas, o comitê as acertava.

Até aqui, nada de errado. Estávamos em campanha eleitoral em segundo turno, comitê instalado e registrado, previsão de gastos comunicada ao TRE e publicada. Nada fora da lei. A falha começou quando o comitê da coligação, sem meu conhecimento - tanto que, até agora, sete anos depois, para mim, o comitê tinha feito o depósito -, trocou o responsável pela injeção de recursos. O que também não teria reflexo não tivesse a empresa, hoje, palmilhado a via criminosa da corrupção pavimentada pelo governo federal. Não se pode confundir: eventual ajuda de campanha, como no caso, é uma coisa; esquema continuado de lavagem de dinheiro público locupletado, como acontece, é outra.

Mesmo assim, tivesse eu ciência de que o depósito não seria feito pelo comitê e sim por um terceiro - ou, no caso em questão, por uma terceira -, não teria aceitado a mudança ou, no mínimo, teria questionado. Não que eu tivesse qualquer coisa contra a firma. Não a conhecia e continuo não conhecendo, a não ser o nome estampado nos jornais. Meu entendimento foi com o comitê de propaganda da coligação. Quem fez o pagamento foi ele. De onde os recursos fluíram, se da conta oficial ou do caixa dois, compete ao comitê explicar; não é dever meu nem do candidato a Governador, Eduardo Azeredo.

Entretanto, a malsinada troca permitiu que meu nome fosse colocado sob suspeita e objeto de execração. Aqui está a agressão a que me referi na parte introdutória desta peroração. E todos sabem que, dos males que afligem um ser humano, o pungir da agressão moral é o que mais dói e o menos tolerável. Um acidente de percurso para o qual não contribuí, um desvio de conduta que não autorizei, provocaram estragos, ainda imensuráveis, na construção de uma vida pública de oito mandatos eletivos em que a honradez, a moralidade, o respeito à "res publica" e ao compromisso assumido nunca foram olvidados.

Não creio que isso tenha acontecido intencionalmente, mas foi um procedimento criminoso, que teve evidente dose de culpa. A direção da campanha, seja por meio do coordenador, seja de outrem, assumiu o risco do resultado funesto que acabou acontecendo.

Não sou muito cuidadoso com minha saúde física, o que é problema meu, pois não machuco ninguém com isso. Mas saúde moral trato com esmero porque não me pertence; é patrimônio da minha família e dos meus amigos. Não vou acomodar-me. Estou estudando a viabilidade e também contra quem devo fazer a representação por crime contra a honra e uma ação civil por perdas e danos morais.

Por fim, Sr. Presidente, nobres pares, povo de Minas, deixo clara a minha preocupação com o futuro imediato deste país em face do comportamento leviano do governo federal, que busca de toda maneira desviar as atenções. Questões como essa, por exemplo, não passam de armação para desviar o foco das atenções voltadas para o Planalto, abominável engenho provinciano bem ao sabor da súcia residente em Brasília.

Agora entendemos por que o Presidente Lula fez de tudo para impedir a apuração de denúncias contra os seus subordinados. Estes são apenas afluentes. O estuário da sujeira está mesmo no Presidente Lula e no seu partido, ambos, farinha do mesmo saco. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhoras e senhores presentes, telespectadores da TV Assembléia, inicialmente me congratulo com a angústia do Deputado Ermano Batista, exatamente porque este país precisa tomar rumo. Que país é este? Colonizado por quem queria apenas espoliar os nossos recursos naturais, ouro e pau-brasil, implantando a triste cultura de trabalhar pouco e ganhar o máximo ao longo destes 505 anos.

São 485 anos de ditadura, quando as classes dominantes aprofundaram as suas raízes lastreadas na corrupção, na sonegação e na interferência indevida em detrimento dos dominados, dos pobres e dos miseráveis da nossa nação.

Todos os estudos apontam a relação entre corrupção e manutenção da pobreza e da miséria no nosso país, o qual tem apenas 20 anos de democracia ou de liberdade ininterrupta, cujo povo ainda espera a chegada de salvadores da pátria e não assumem qualquer responsabilidade cívica perante a nossa nação.

O Brasil conta com uma das piores distribuições de renda do Planeta. Somos uma das nações mais corruptas do mundo, segundo a ONG Transparência Internacional. Que país é este, que é um verdadeiro laboratório fabricante de marginais? Digo marginais perante a lei. Basta vermos a aplicação da lei ambiental, da lei trabalhista e da lei fiscal.

Estamos todos embrulhados no mesmo processo de marginalização em razão da estrutura reinante. Cada brasileiro está com medo de seu próprio país. E lembro as palavras de Rui Barbosa, em 1914, no Senado, no Rio de Janeiro: "Triunfam as nulidades. De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto". A mensagem é tão atual quanto em 1914.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, que país é este? Apenas 30% de seu povo, conforme pesquisa recente, acredita na democracia. Noventa por cento do povo não acredita nos políticos, na política e nos partidos. A escola não é valorizada, e a qualidade do ensino é uma das piores da América Latina, e, por que não dizer, uma das piores do mundo. Aqui não há compromisso com o desenvolvimento tecnológico. Os juros e a carga tributária são uns dos mais altos do mundo. Somos um país economicamente isolado. Aqui os interesses individuais suplantam os coletivos.

Que país é este, que construiu uma legislação para não ser cumprida; que não tem capacidade para fiscalizar e policiar seus cidadãos; em que a impunidade é a regra e não a exceção - conforme o Presidente do STJ: "Demanda de pobre não chega aos mais altos tribunais" -; em que o crime compensa? O Bispo da cidade de Retz, na França, que viveu de 1613 a 1674, disse uma expressão que encaixa muito bem na atual realidade brasileira: "Quando os que mandam perdem a vergonha, os que obedecem perdem o respeito".

No nosso país existe uma lama de corrupção entranhada em algumas pessoas, o que traz enormes prejuízos à grande maioria da população.

Lamentavelmente os corruptos e corruptores não têm vergonha dos atos que praticam, mesmo depois que são descobertos e mostrados pela mídia.

E ainda temos aqueles que querem tirar proveito dessas situações tristes que estamos vivendo. Basta ver a Fernanda Karina que fala em pousar para a revista "Playboy" e depois se candidatar a Deputada federal. Que situação...

Mas este país tem jeito, para não ficarmos apenas no negativo. Aliás, o Brasil é meu, é seu, é nosso. Não aparecerá aqui ninguém para consertá-lo. A responsabilidade é nossa. E ressalto que é um país absolutamente rico de recursos naturais e de pessoas, que, entretanto, estão metidas em uma estrutura absolutamente podre.

Este país precisa de justiça e paz. Como disse o Papa João Paulo II, todos nós queremos a paz, mas poucos querem fazer justiça. Este país precisa respeitar sua bandeira, que é linda e em que está escrito "Ordem e Progresso". E a ordem começa pela estrutura política e partidária, para que os políticos não precisem ser criminosos a fim de se elegerem e manterem seus mandatos; para que os estadistas não sejam abafados pelos oportunistas e clientelistas.

O progresso inicia-se a partir da estrutura tributária e fiscal deste país, a fim de que os empresários não tenham de sonegar para que as suas empresas sobrevivam.

Temos de aproveitar esse momento de crise para darmos um rumo novo a este país. Estou esperançoso em relação ao futuro do País, baseando-me nessa realidade atual, caso saibamos aproveitar essa crise, porque o brasileiro precisa de crença e de esperança, sem temer o policial, o fiscal, o Promotor e uma decisão judicial.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Brasil necessita de escola, escola e escola, de organização, organização e organização, e de democracia, democracia e democracia. Como disse Dalai Lama, podemos fazer o povo brasileiro feliz, com saúde, com amigos e com liberdade.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, cumprimento V. Exa e todos os Deputados e Deputadas neste reinício dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

Concordo com V. Exa. no que se refere à participação de todos e ao controle social, que fará com que avancemos e superemos todos os problemas, extinguindo-se a corrupção neste país. Não há outro caminho senão a união de todos e os movimentos organizados. Temos de diminuir essa diferença entre o maior e o menor salário e tem de haver uma melhor distribuição da renda e da terra.

Diante de tantos problemas, não podemos, de forma alguma, abaixar a cabeça. Essa não pode ser a atitude do povo brasileiro. Infelizmente a imprensa, que tem um papel fundamental e a quem respeitamos, pois as pessoas da comunicação são sérias e éticas, está sendo manipulada. Ao invés de serem divulgados os fatos positivos, infelizmente há uma apologia do crime e do negativo. Não podemos aceitar isso.

Houve o encontro das CEBs, em Ipatinga, no período de 19 a 22 de julho. Vários companheiros desta Casa compareceram, como a Deputada Elisa Costa e os Deputados da própria cidade, como o Deputado Leonardo Quintão, Laudelino Augusto e Padre João. O nosso bloco estava quase todo presente, além de outros. Do País inteiro, compareceram 6 mil delegados, pessoas simples e humildes, sendo muitos anônimos. Os cristãos, ecumênicos, as Igrejas Católica e Evangélica e os representantes de outros credos também compareceram. A mídia local cedeu um pequeno espaço, mas a mídia nacional não divulgou isso. É um importante papel da Assembléia Legislativa e da TV Assembléia mudar o foco, aproveitando toda a estrutura desta Casa, que já tem contribuído com a participação popular. É fundamental contribuímos para que este país mostre tudo de positivo que possui, que é muito. O povo é aguerrido, atuante e sofrido, mas é presente.

Ontem, estive nesta Casa a Ministra Nilcéia Freire, a fim de, com o governo do Estado e várias Prefeituras, assinar um acordo para a aplicação das políticas públicas de direito das mulheres, construídas nesta Casa no Encontro Estadual de Mulheres e no Encontro Nacional de Mulheres.

Lá, além de 200 mulheres que estão na liderança, encontramos uma senhora com quase 80 anos, residente em Contagem, que foi à Conferência Nacional contribuir, por ser uma das coordenadoras do Sindicato das Empregadas Domésticas. Isso deve ser divulgado e apoiado. Esta Casa, por meio das comissões temáticas e da Comissão de Participação Popular, já propicia um espaço aberto de construção da cidadania. Todos devemos radicalizar nesse sentido. Toda crise pode ter um fruto positivo, se soubermos aprender com os erros a fim de não repeti-los e perceber as coisas boas que podemos construir.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa. pela reflexão. Conclamo todos para assumirmos os rumos deste Estado e deste país.

O Deputado Paulo Piau - Infelizmente o Parlamento brasileiro está abdicando de sua principal função: a fiscalização. A imprensa, por sua vez, assume esse papel. A Câmara de Vereadores, a Assembléia e mesmo o Congresso Nacional estão abdicando dessa prerrogativa. Os abusos existem, as irresponsabilidades existem, e, se não fosse a imprensa, poucas coisas seriam esclarecidas. Devemos, então, reconhecer e parabenizar o jornalismo investigativo.

Infelizmente muitos nomes são divulgados, embora não tenham nenhuma culpa. Esse é o lado ruim, diria até irresponsável da imprensa, mas ela merece aplausos, pois, sem o seu trabalho, o Brasil estaria numa situação muito pior em relação a sua moral e ética. Obrigado.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia; ao retornarmos ao trabalho de Plenário, pois não tivemos férias, informo que, em julho, tive a alegria de visitar mais de 30 cidades no Centro-Oeste mineiro e no Campo das Vertentes.

Estive mais perto dos problemas enfrentados pelos cidadãos mineiros, particularmente daqueles que assumem a difícil tarefa de trabalhar na vida pública - Prefeitos, Vereadores e lideranças comunitárias -, especialmente num momento em que, além dos problemas cotidianos, como saúde, educação, segurança pública, etc., temos os problemas de ordem moral, que afetam o poder público e a credibilidade dos que, no dia-a-dia, buscam melhores condições de vida para todos.

Isso não pode ser motivo de desânimo, embora alguns pensem até em largar tudo. Estou convicto de que devemos ser firmes para buscar a apuração dos fatos e a punição dos culpados. Firmes também para continuar na luta por uma sociedade mais justa; firmes para que fazer política seja sinônimo de uma opção de vida, de servir, fazendo-o da forma mais transparente e decente possível.

Portanto, mais que punir, precisamos modificar o sistema e dar condições para que as coisas não se misturem. Tenho estado mais próximo do

cidadão mineiro do interior das Minas Gerais, discutindo problemas pontuais de saúde, educação, assim como visitando Santas Casas no interior que já clamam por uma nova etapa do Prohosp, que chegou em boa hora às cidades-pólo e agora chega às microrregiões. Mas é preciso também que chegue às pequenas Santas Casas, aos pequenos hospitais filantrópicos, às cidades de 10 mil habitantes, que mal e mal conseguem sobreviver, quicá evoluir para atender adequadamente o cidadão.

Tenho visto de perto os problemas na área da segurança, em que já houve alguns avanços com a melhoria da frota na Capital mineira e alguma coisa chegando aos batalhões, mas que precisa chegar também ao destacamento, à estrutura policial e aos locais onde nem sequer existe a estrutura policial.

Pude ver de perto também esse clamor - que todos estamos sentindo - de que nosso país não pode perder essa oportunidade de melhorar diante da crise. Esse clamor de que é preciso que alguma coisa aconteça e de que não basta que, a cada dia, procuremos saber qual a nova denúncia, saber qual o novo crime que se cometeu contra o povo brasileiro, mineiro ou de cada cidade do interior. Cada cidadão deste país está sendo lesado. Essa crise afeta a todos.

Felizmente percebo uma coisa positiva nisso. O cidadão - aquele indivíduo que incorpora em si o sentimento de vida coletiva e que se preocupa com seus direitos e deveres -, esse indivíduo quer saber o que irá acontecer e sente-se incomodado com tudo isso.

Sem ter a pretensão de fazer qualquer julgamento de "a" ou "b", não tenho dúvida de que é absolutamente unânime nesta Casa a opinião de que se deve apurar a fundo tudo o que tem sido denunciado, e de que se deve punir. No entanto, mais que isso, é necessário que comecemos a buscar mecanismos que mudem as regras do jogo, para que haja cada vez mais transparência na gestão do que é público e para que aqueles que se dispõem a assumir uma vida pública tenham consciência de que devem ter absoluta transparência na sua vida patrimonial.

É aí que está o grande problema. Nossas divergências no campo das idéias, nossos embates no campo ideológico entre PSDB, PT, PMDB, PFL e todos os demais partidos sempre deverão existir. Essa é a grande beleza do processo democrático, essa é a riqueza maior de uma vida e de uma república democrática, como é o Brasil. Pode ter, cada um, sua opinião, e até mesmo ter alguma reserva mental. Podemos mudar de opinião e evoluir nesta ou naquela direção. Mas, do ponto de vista patrimonial, todos devemos ter transparência absoluta. Não temos o direito de ter reserva de informação a respeito de nossa vida patrimonial ao assumirmos a atividade pública.

Sr. Presidente, demais colegas Deputados, sinto que talvez seja nisso que reside o grande problema. É preciso que tenhamos a clareza de que, ao assumirmos vida pública, temos de abrir mão da prerrogativa de privacidade patrimonial. Isso não quer dizer que não possamos ganhar dinheiro, ser eficientes nos negócios, termos crescimento patrimonial. Mas significa que, ao assumirmos vida pública, temos de ter absoluta transparência em nossa vida material.

Hoje não tenho dúvida de que, para o cidadão mineiro, brasileiro, todo homem público, de alguma forma, passa a ser suspeito. Isso é terrível! É terrível para aqueles que representam o povo, aqueles que têm a responsabilidade de decidir pela maioria, mas que não podem merecer a plena confiança dessa maioria e, ao contrário, podem ser suspeitos, de princípio. Temos de admitir que, no estado a que as coisas chegaram, é difícil para um cidadão, sem ele me conhecer, conviver comigo, dizer: "Ele é Deputado, mas como não se provou absolutamente nada contra ele, é honesto, está acima de qualquer suspeita". Ao contrário, ele é Deputado, portanto, suspeito. Esse é o senso comum. É preciso haver mecanismos para mudar essa noção. Não pretendo deixar de ser Deputado, largar a vida pública, porque sinto que é a minha vocação, algo que pode ser útil à sociedade. Mas não quero ser Deputado e ser suspeito. Não aceito conviver com isso. Não me faz bem, assim como aos meus colegas que aqui estão.

No passado recente, a Assembléia de Minas deu exemplo, ao debruçar-se sobre si mesma, ao depurar algo que não estava transparente para a sociedade, ao negociar e discutir com o Ministério Público regras para os salários dos Deputados e para as verbas que auxiliam na manutenção dos gabinetes. Sinto que isso foi bom, porque hoje convivo nesta Casa com colegas que sabem muito bem quanto eu ganho. Portanto, deduzo que sei quanto cada um ganha. Entendo que houve transparência. O Deputado mineiro pode dizer quanto ganha e os benefícios do seu gabinete. Isso foi um avanço. Não vi mais ambiente de pressão ou de desconfiança sobre os Deputados mineiros, quando se evoluiu nesse sentido. Mas vejo que é preciso muito mais para todos os homens públicos.

Portanto, quero deixar neste meu pronunciamento o início de uma sugestão, de uma proposta que encaminhamos. Seria ideal que fosse ao Congresso Nacional. Mas o povo mineiro é comprometido com a seriedade, a austeridade, e tem na história do Brasil os melhores exemplos de luta por uma sociedade libertária, mais justa, como as figuras de Juscelino e Tancredo Neves. Isso para falar dos nossos antecessores, mas, com certeza, Minas é exemplo, por meio de grandes figuras atuais da vida pública mineira e brasileira, e deve dar exemplo em um momento como este. Embora acredite que compete mais ao Congresso Nacional uma profunda mudança na legislação eleitoral, na legislação que trata da relação dos homens públicos com a coisa pública, devemos avaliar a possibilidade de o Estado de Minas - em que pese ao fato de termos de discutir a constitucionalidade de sairmos na frente - propor uma relação que estabeleça que todo agente político, homem público - entende-se, naturalmente, todos nós, homens e mulheres -, a partir do momento em que assumir cargo público eletivo ou mesmo aquele de relevante responsabilidade do primeiro escalão dos governos municipais e estadual em Minas Gerais, tenha automaticamente, por lei, o seu sigilo fiscal, bancário e patrimonial inteiramente aberto, entregue e disponível àqueles que são os fiscais naturais dos agentes públicos, a Promotoria Pública.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, concordo com V. Exa. Não pretendo entrar numa análise aprofundada da crise político-institucional por que passa o País. Trata-se de uma crise profunda. Apenas faço um aparte para concordar com V. Exa., pois precisamos apoiar a apuração de todos os fatos denunciados. Concordando, mais uma vez, com V. Exa., entendo que precisamos sair dessa crise com algo positivo. Ela há de servir para, pelo menos, fazermos uma reforma político-eleitoral no Brasil. Na minha opinião, o atual sistema está completamente falido; aliás, esse fato hoje é um consenso nacional.

Ontem, lancei uma idéia. Foi aprovado um requerimento de minha autoria. O Deputado Rêmolo Aloise, que atuava como Presidente, despachou esse requerimento, tendo em vista a realização de um seminário, por intermédio da Assembléia Legislativa, para tratar da necessidade de uma reforma política no Brasil. Imagino que o Congresso Nacional não tem tempo nem condições políticas de realizar, até setembro, uma reforma de grande porte.

Entendo que, a partir de Minas Gerais, poderíamos criar um movimento nacional, tendo em vista a realização de uma assembléia nacional constituinte para promover exclusivamente a reforma político-eleitoral.

Aproveito as palavras de V. Exa., que tem apresentado proposições visando a apontar saídas para a crise, a fim de não permitir que tais denúncias voltem a ocorrer futuramente. No entanto, julgo fundamental que se faça uma análise mais aprofundada das alternativas que teremos. Sugiro, então, realizarmos, nesta Casa, daqui a um mês, um seminário. Quem sabe, assim, poderemos propor a convocação, ainda para este ano, de uma assembléia nacional constituinte para promover apenas a reforma político-eleitoral? Assim sendo, as próximas eleições já poderão ocorrer de acordo com a reforma política aprovada. Devemos isso ao Brasil. Ademais, esse passo constituiria um avanço em relação à crise que está posta. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço-lhe, nobre Deputado Rogério Correia. Fico extremamente feliz, pois, em minhas palavras iniciais, já

constatava esse sentimento suprapartidário. Ou seja, esse é o sentimento do PT, do PSDB e do PDT, do qual é membro o Deputado Sargento Rodrigues. Enfim, todos queremos - e Minas Gerais, em meu entendimento, deve servir de exemplo - que fique clara a separação do joio do trigo. Além disso, mais que investigação e punição, é imprescindível mudarmos a regra do jogo para que fatos como esse não ocorram novamente.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa. pelas palavras pronunciadas. Em junho, quando V. Exa. também ocupou esta tribuna, tivemos a oportunidade de nos apartear. No momento, tratávamos da reforma política, que entendemos necessária, urgente e séria. Já dissemos isso várias vezes, quando assistimos aos debates. Ademais, cientistas políticos, pessoas que estudam o assunto, entendem que o Brasil precisa passar por uma reforma. É preciso, principalmente, reduzir o custo das campanhas.

Todavia, no tocante aos últimos comentários feitos por V. Exa. sobre transparência, com a qual concordamos, pois entendemos que não deve haver sigilo, está claro que essa matéria não passa pela legislação estadual. Podemos até ter a iniciativa. Ressalto que V. Exa. está no caminho certo. No entanto, essa questão não se deve aplicar apenas ao Legislativo; tem de se estender também ao Poder Judiciário, que, aliás, até hoje, não cumpre o teto estipulado no Estado. Deve abranger ainda o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as autarquias do Poder Executivo. Ou seja, deve-se estender a todos. Dessa forma, teremos transparência. No Estado, ainda vigora o modelo da tripartição dos Poderes.

Como sempre digo, segurança pública não é dever exclusivo das Polícias Civil e Militar, mas também dever do Judiciário, do Ministério Público, da Assembléia e de todo o conjunto do poder público.

Todos os agentes públicos e servidores devem enquadrar-se nessa proposta feita por V. Exa. Com certeza, se fizermos uma discussão, encontraremos outras pessoas que precisam ser enquadradas numa abertura do sigilo bancário e fiscal. Se estamos cumprindo nosso papel, se estamos cumprindo as regras do jogo, não temos o que temer, mesmo porque, de quatro em quatro anos, somos obrigados a comparecer ao TRE e prestar declarações. No ano passado, recebi uma matéria de primeira página, em virtude de um embate político que tivemos, em que fizeram questão de publicar até a foto de minha casa. Estou acionando o jornal na justiça, porque partiram para a violação da vida privada, o que afetou minha esposa e meus filhos e até mesmo a segurança de minha família.

Se, de quatro em quatro anos, declaramos os nossos bens no TRE, nada impede a abertura do nosso sigilo bancário e fiscal e a nossa evolução patrimonial. Assim, tudo ficará mais fácil. Ficamos mais fortes quando instalamos as CPIs, grande instrumento capaz de galgar o segundo degrau do inquérito, o que normalmente as forças policiais não conseguem fazer, em virtude das forças políticas contrárias, que buscam emperrar o processo e não permitir fiscalização e transparência maiores.

Parabenizo V. Exa. Certamente, após toda essa turbulência, conseguiremos fazer com que o Congresso amadureça e saia fortalecido, punindo quem deva ser punido, exemplarmente, para que possamos fazer a reforma das reformas - a reforma política. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Eu é que agradeço, nobre Deputado Sargento Rodrigues.

Concluindo, Sr. Presidente, digo que Minas Gerais deve dar o exemplo. Protocolarei esse projeto de lei e, naturalmente, estou aberto às sugestões, como as dadas pelo Deputado Sargento Rodrigues. É lógico que minha pretensão não se atém exclusivamente ao órgão legislativo estadual, mas aos demais agentes políticos. Ao fazermos isso para aqueles que representam o povo a partir do voto - Prefeitos, Vereadores, Deputados, Governadores de Estado -, estaremos com absolutas condições morais para cobrar do Congresso Nacional uma decisão que alcance o Judiciário como um todo, assim como as Promotorias Públicas.

Tenho dúvidas, como o Deputado Sargento Rodrigues, se poderemos fazer uma legislação para o Estado de Minas Gerais. Mas podemos ter a livre iniciativa, o que eu farei. Pessoalmente entregarei ao Dr. Jarbas, quando estiver protocolando o projeto de lei, uma autorização para que meu sigilo bancário e fiscal e a minha evolução patrimonial estejam absolutamente à disposição do Ministério Público, enquanto eu exercer a vida pública, o que deve alcançar também todo o meu passado. Eu, que já fui Prefeito, Presidente de Câmara, Vereador, tenho essa tranqüilidade, pois, a cada dia, a minha movimentação bancária, por sinal modesta, foi feita com sacrifícios, assim como ocorre com praticamente a totalidade do povo brasileiro. As exceções, as minorias desonestas não podem fazer com que prevaleça a idéia de que vivemos num país de desonestos. Não pode prevalecer a idéia de que a atividade política é sinônimo de desonestidade. Talvez somente por isso se justifique uma atitude tão radical, mas não abrirei mão dela. Estarei protocolando na Casa o meu pedido para que possamos dar exemplo à Nação. Minas Gerais, a partir de seus Deputados, abre sigilo fiscal, bancário e de evolução patrimonial. Já não teremos em cima de nossa cabeça nenhuma suspeita. O exercício de atividade pública não pode ser sinônimo de suspeição, mas sim de sacrifício. Isso de quem quer servir à comunidade.

Concluindo, Sr. Presidente, reitero o meu entendimento de que a grande maioria - e falo pela convivência saudável na Casa de forma suprapartidária - honra o apoio que teve pelo voto popular. Por isso estou convicto de que essa crise haverá de nos propiciar mudanças profundas na legislação partidária e na forma de gestão do dinheiro público, para que a minoria que age desonestamente seja punida e expurgada definitivamente da atividade pública. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, povo de Minas Gerais presente no Plenário, mais uma vez quero pronunciar-me sobre um assunto que iniciamos ontem em Plenário, aliás, com a adesão de vários Deputados solidários à causa do Vale do Rio Doce, de Gonzaga. Hoje quero enfatizar essa questão, que ontem foi levantada de várias maneiras.

Durante o mês de julho, o País foi surpreendido com a morte do jovem Jean Charles Menezes, que, da forma mais trágica possível, perdeu sua condição de cidadão anônimo para ganhar as manchetes dos jornais e, pior, perdeu sua vida, tornando-se símbolo póstumo de toda uma região, símbolo póstumo de uma condição que muito nos entristece: a condição que detém o Vale do Rio Doce, de Capital mineira e nacional da emigração.

Antes de tudo, solidarizo-me com a dor da família e dos amigos, com quem estive durante o funeral, em especial com D. Maria, Sr. Matozinhos e Geovani, respectivamente, mãe, pai e irmão do Jean.

A dor que viveram foi o ápice de uma tristeza que já os acompanhava e que assola milhares de outras famílias de nossa região: conviver com a ausência de filhos, irmãos, maridos e amigos que tentam ganhar a vida em outros países, expostos a uma série de preconceitos.

É preciso que nosso governo atue de forma cada vez mais firme e incisiva, com uma política clara que assegure os direitos dos brasileiros que estão no exterior, inclusive o traslado daqueles que têm de retornar ao País. Afinal, tratamos bem todos os que vêm ao nosso país, por isso temos de exigir reciprocidade.

No caso específico da morte de Jean, alegrou-me a postura das autoridades diplomáticas do nosso país, que imediatamente se juntaram ao Embaixador brasileiro em Londres, cobrando explicações das autoridades inglesas e a rápida liberação do corpo do Jean.

A ação das representações diplomáticas brasileiras foi fruto de uma determinação direta do Presidente Lula, que sabe exatamente das agruras por que passam Jean e outros brasileiros, pois ele mesmo, Lula, já viveu um dia a mesma condição de migrante, discriminado pela sua condição de nordestino e privado do convívio de sua família, de sua terra natal e de suas tradições.

Em nome dos moradores da Vale do Rio Doce, agradeço a sensibilidade e a ação enérgica do governo brasileiro. Chamo a atenção de todos os que me acompanham para duas questões importantes em toda essa tragédia. A primeira delas chamarei de uma americanização da política externa inglesa, que tem apoiado, de forma sistemática, as intervenções armadas patrocinadas pelos Estados Unidos no Oriente Médio e, mais recentemente, reagido, de forma inconseqüente, às ações terroristas de que foi vítima, ordenando a execução sistemática e sumária de todo e qualquer suspeito, definido como tal por critérios étnicos que revelam enorme preconceito, não apenas contra os povos árabes, mas também contra todos nós, cidadãos brasileiros e do mundo.

Esse tipo de reação, a principal mola propulsora do terrorismo, diga-se de passagem, atende muito mais aos interesses comerciais da indústria bélica norte-americana, a quem, acredito, não interessa a paz mundial.

Mais uma vez, ressalto a postura exemplar do governo brasileiro, que sempre foi contrário aos confrontos bélicos, opondo-se, desde o início, à invasão do Iraque e a outras iniciativas do mesmo gênero patrocinadas pelo governo Bush.

A outra questão importante a que me referi diz respeito aos verdadeiros motivos que levaram o brasileiro Jean a estar em uma estação de metrô londrina, quando foi assassinado por policiais britânicos. Lembro-me de ouvir, em um dos telejornais que cobriam os funerais de Jean, que, em sua terra natal, Gonzaga, próximo a Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, 25% da população emigrou em busca de melhores condições de trabalho. Essa realidade diz respeito a todo o Leste de Minas.

Chamo a atenção de todos os que nos escutam para as condições de trabalho no Vale do Rio Doce, pois a morte de um brasileiro, de um mineiro, ocorreu de forma imediata, não apenas em razão de uma política preconceituosa do governo inglês, mas também por causa das poucas oportunidades oferecidas pela nossa região.

O fato de o nosso amigo e companheiro Jean estar numa estação do metrô londrino tem a ver com o empobrecimento de uma região, que, no ano de 1910, com a inauguração da estrada de ferro Vitória-Minas, viu Valadares emergir como importante pólo regional do Estado. Porém, cerca de 50 anos depois, a partir dos anos 60, teve esgotadas suas reservas florestais e, com a crise da mica, causada pela debilitação do mercado externo, sofreu um golpe profundo, que provocou o fechamento de várias serrarias e a mudança de diversas fábricas que beneficiavam madeira.

Findos os anos 70, Valadares, o Leste de Minas e a região polarizada pela cidade já apresentavam bolsões evidentes de pobreza e tensão social. Apenas o setor terciário se viu fortalecido pelo aumento da comercialização do gado e das pedras semipreciosas. Mesmo as pecuárias de corte e leiteira, que se tornaram atividade econômica relativamente importante na década de 60, mostraram-se incapazes de absorver a mão-de-obra desligada das atividades produtivas, relacionadas com o ciclo extrativista das décadas de 30, 40 e 50, conforme dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam.

Hoje, 50 anos depois de iniciarmos nosso declínio econômico, esse processo continua a se intensificar nas regiões do Leste mineiro e do Vale do Rio Doce, que vêm aumentar, anualmente, seus problemas sociais. Há baixo nível tecnológico e baixa capacidade de empreendimento relacionada com a formação de capital humano; há necessidade de recuperação de áreas degradadas, em especial, as relacionadas com o uso da água da ampla rede fluvial da região, como é o caso da Bacia do Rio Doce; possuímos baixos níveis de produtividade no setor agropecuário; é intensa a perda de valores humanos, sobretudo na faixa etária de 16 a 35 anos e com curso superior; há uma perspectiva de agravamento da diminuição dos postos de trabalho e da renda média regional; há deficiência no número de professores com formação superior, no ensino médio e, em alguns casos, no ensino fundamental; e convivemos com índices decrescentes de investimentos estaduais na região do Vale do Rio Doce: 5,8% em 2003, 4,45% em 2004 e 3,05% previstos para este ano.

Embora nosso processo de empobrecimento se tenha iniciado há 50 anos, o que ficou foi a idéia de que somos até uma região rica, herança do período entre o início e meados do século passado, quando nossas reservas florestais e minerais garantiram breve período de prosperidade. Para agravar essa situação, o Rio Doce acabou sendo agrupado, para fins de planejamento estratégico do Estado, de forma conjunta com os Municípios do Vale do Aço, onde a presença de indústrias siderúrgicas e de grandes projetos de reflorestamento garantem maior volume de recursos para alguns de seus Municípios, elevando assim o IDH médio dos Municípios do Vale do Rio Doce.

Quando isolamos as áreas compreendidas pelas duas associações microrregionais de Municípios, exclusivamente do Rio Doce e Leste - Ardoce e Assoleste -, encontramos um FPM médio de apenas 0,9 e um IDH médio de 0,683. Na região da Ardoce, onde se encontra Governador Valadares, 66,66% dos Municípios têm FPM de 0,6 apenas e 81% de até 1,0 de percentual. Nacip Raydan, também na mesma região, tem IDH de 0,6, bem próximo ao de Santa Helena de Minas e de Bertópolis, no Vale do Mucuri - talvez os mais baixos de Minas. Nesse contexto global, vemos que 77% dos Municípios da região da Ardoce têm IDH inferior a 0,7, situação semelhante à encontrada nas regiões mais empobrecidas do Estado de Minas Gerais. Não é sem motivo que a região do Rio Doce apresentou as menores relações do Estado entre a esperança de vida, ao nascer, e a mortalidade infantil.

Todos esses indicadores só existem devido à redução dos investimentos públicos, conforme já demonstrado acima, e que são motivos de morte e de ida de tantos brasileiros para o exterior.

Por esse motivo, peço a atenção, mas sobretudo o apoio, de todos os Deputados e todas as Deputadas para a necessidade de nos unirmos na possibilidade de alterar esse quadro, o que só será possível se houver vontade política e investimentos públicos. Elaboramos um documento em que traçamos o perfil da economia do Vale do Rio Doce, que descortina o empobrecimento gradual que se abateu sobre nós, acompanhado de seus motivos históricos. Nosso objetivo - e temos a certeza de que se tornará também o de todos os nossos companheiros Deputados e Deputadas - é encaminhar esse documento ao Governador Aécio Neves e ao Presidente Lula, acompanhado de uma série de propostas, que acreditamos podem mudar o perfil econômico e social da região. Propomos algumas sugestões, para alterar e contribuir: aumento gradual do percentual de investimentos estaduais e federais na região, rompendo as reduções detectadas nos últimos orçamentos, em especial no estadual; separação, na distribuição regional do Estado, para fins de planejamento, do Leste mineiro e do Vale do Rio Doce da região do Vale do Aço, para termos verdadeiros indicadores econômicos e sociais; implantação imediata das ações propostas no Projeto Rio Doce Limpo, elaborado pela Cipe-Rio Doce, que prevê a recuperação da nossa bacia hidrográfica; articulação imediata do governo mineiro com as lideranças políticas do Estado em âmbito federal, para garantir recursos orçamentários da União, capazes de assegurar a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce e a implantação de pólos ou "campus" de instituições federais de ensino na região; aumento dos programas sociais do governo federal e do número de consórcios de segurança alimentar; inclusão do Vale do Rio Doce no Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, previsto para beneficiar regiões de maior vulnerabilidade; implantação de uma política de captação de recursos por meio de projetos de geração de trabalho e renda para famílias de emigrantes brasileiros, empreendidos por entidades internacionais não governamentais, como é o caso da Western Union; inclusão de mais um grupo de Municípios nos territórios definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, ampliando assim as políticas públicas que beneficiam a região; e inclusão de toda a região na área de atuação do Idene, para que possa receber atenção especial no que diz respeito às políticas públicas estaduais.

Tenho certeza de que, se unirmos em torno de algumas dessas propostas todos os Deputados Federais e Estaduais desta Casa que hoje se mostram indignados com a morte de Jean Charles e de tantos brasileiros maltratados no exterior, salvaremos a vida de muitos outros jovens, vítimas de uma política equivocada de combate ao terrorismo, sobre o qual se lançaram os holofotes de toda a mídia internacional, e que padecem, cotidianamente, anônimos, pelas condições subumanas de vida a que se expõem para sobreviver longe de sua pátria e de suas famílias.

Sr. Presidente, desejo registrar que estou encaminhando. Gostaria da assinatura dos Deputados desta Casa nesse documento. Será enviada ao Presidente Lula e ao Governador Aécio Neves uma correspondência com esse diagnóstico socioeconômico de todo o Leste mineiro, da região do Vale do Rio Doce, para emprendermos políticas de geração de trabalho e renda, ou seja, políticas públicas, Deputado Biel Rocha, que minimizem os efeitos da emigração dessa região.

Deputado Laudelino Augusto, há 40 mil valadarenses espalhados pelos EUA, Portugal e outros países da Europa. Há um grande contingente de valadarenses, de mineiros e de representantes da região do Vale do Rio Doce, comunidade da qual fazemos parte e que se vê agredida pela morte do nosso amigo e companheiro Jean. (- Lê:)

"Srs. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Governador Aécio Neves, nós, Deputados e Deputadas Estaduais de Minas Gerais, pedimos a atenção de V. Exas. para as propostas que ora lhes trazemos. A morte do mineiro Jean Charles de Menezes, vista sob a ótica do fato em si, resulta não somente de uma política equivocada de combate ao terrorismo, mas também das causas que levaram esse nosso brasileiro a estar em Londres naquela hora. Chegamos à conclusão de que o fato que agrava essa realidade é uma amostra representativa do empobrecimento econômico de toda uma região, o Vale do Rio Doce, cujos reflexos sociais são os mais perversos possíveis."

Com o objetivo de fazer cessar esse processo de empobrecimento, elaboramos esse documento que terminamos de ler e que entregaremos ao Presidente Lula e ao Governador de Minas.

Esperamos que a indignação e a dor manifestas de público neste momento simbólico sejam transformadas em ações concretas, não somente naquelas que ousamos sugerir, mas também em outras que venham a ser incorporadas, única forma de interrompermos o processo de empobrecimento do qual somos vítimas há 50 anos e que, por certo, já vitimou, de maneira anônima, muitos outros "Jeans Charles" emigrantes do Vale do Rio Doce em busca de emprego em outros países.

Deixo aqui esse nosso pedido. O documento será repassado aos gabinetes. Os Deputados que desejarem poderão assiná-lo, a fim de reforçar esse documento, em nome da Assembléia Legislativa e da Presidência. Ele será enviado ao Presidente Lula e ao Governador de Minas como forma concreta de contribuição do Legislativo mineiro a essa trágica situação. Ontem, vários Deputados já se manifestaram.

Sr. Presidente, complemento dizendo que apresentamos propostas concretas para a emancipação da nossa região e para que, conseqüentemente, sejam minimizados os efeitos da emigração. Muito obrigada.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/8/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

nomeando Cintia Danielle Moreira Reis para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belorizonte Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de piso, testeira, carpete e muralflex. Dotação orçamentária: 33903000. Vigência: limitada ao fornecimento e à instalação contratados. Licitação: Pregão Presencial nº 34/2005.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Engesate Construtora Ltda. Objeto: realização de obra de elevação do piso das galerias inferiores e superiores do Plenário da Casa e confecção e instalação de 20 degraus de escada de madeira. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: pelo prazo de execução do objeto contratual, estimado em 15 dias. Licitação: Pregão Presencial nº 29/2005.